

26ª REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA

DESIGUALDADE NA DIVERSIDADE

FÓRUM DE PESQUISADORES “A CULTURA DAS DESIGUALDADES”

Mulheres ao mar: gênero, cor e sociabilidade entre trabalhadores de plataformas marítimas
em Campos, RJ

Patrícia Silveira de Farias
patifaria@click21.com.br

Porto Seguro, junho de 2008

Título do trabalho: Mulheres ao mar: gênero, cor e sociabilidade entre trabalhadores de plataformas marítimos em Campos, RJ¹

Nome completo do autor: Patrícia Silveira de Farias.

Filiação institucional: Doutora em Antropologia, professora adjunta do Departamento de Política Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Resumo: Este trabalho é uma investigação exploratória sobre as percepções, representações e relações das mulheres envolvidas em atividades profissionais ligadas às plataformas *offshore* do litoral norte fluminense, particularmente no que tange à cor/raça. Neste sentido, é uma pesquisa de cunho etno-antropológico que visa compreender os mecanismos e os padrões a partir dos quais se estabelecem relações entre e intra gêneros, e como a cor/raça se insere neste contexto.

Palavras-chave: gênero; relações raciais; trabalho.

¹ Trabalho apresentado na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 1 e 4 de junho de 2008, em Porto Seguro, Bahia, Brasil.

Este trabalho é uma investigação exploratória sobre as percepções, representações e relações das mulheres envolvidas em atividades profissionais ligadas às plataformas offshore do litoral norte fluminense, particularmente no que tange à cor/raça. Neste sentido, é uma pesquisa de cunho etno-antropológico que visa compreender os mecanismos e os padrões a partir dos quais se estabelecem relações entre e intra gêneros, e como a cor/raça se insere neste contexto.

O estudo contou com o apoio do Programa de Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Cândido Mendes, Campos (UcamCidades) e da Fundação Estadual Norte Fluminense (Fenorte), e se realizou através de entrevistas em profundidade e uma etnografia que compreendeu visitas a moradias, locais de lazer e locais de trabalho (em terra), assim como observação participante nas mesmas. A idéia central, e mais ambiciosa, é de que esta investigação seja uma ferramenta a mais de um projeto maior, que analisa o impacto das transformações econômicas advindas da presença da Petrobrás e dos *royalties* do petróleo sobre os trabalhadores não-brancos da região².

Para isso, a primeira questão que se impõe é compor o quadro geral onde interagem estes homens e mulheres. Isso implica, de um lado, em mapear o contexto regional de produção destas representações, ou seja, entender o que seja o Norte fluminense e a região da Bacia de Campos, mais especificamente; de outro, significa também dimensionar a indústria do petróleo neste território, e sua importância em termos sociais para os diversos segmentos sociais que o constituem.

A tradicional economia açucareira da região se estabelece a partir da segunda metade do século XVIII. Baseada em pequenas e médias unidades produtivas, era uma cultura montada em cima da mão-de-obra escrava. E os cativos eram muitos: em termos demográficos, a região de Campos agrupava a maior densidade populacional escrava de toda a capitania do Rio de Janeiro: por volta de 59% da população da freguesia de São Salvador – que abrangia Campos (cf. Kjerfve e Brügger, 1991).

Esta composição social segue sendo uma tônica na região. Segundo o censo do IBGE de 2000, na cidade de Campos dos Goytacazes, de uma população total de 406.989, tem-se

² Agradeço imensamente a colaboração de Carlos Abdelkader Magalhães Neto, bolsista de iniciação científica pela Fenorte, e de minha assistente de pesquisa, Rosimery Ribeiro de Souza, pelo suporte e entusiasmo.

56,76% de brancos, 11,83% de pretos e 30,46% de pardos. Somando-se pretos e pardos, o total de população campista com ascendência africana é de 42,29%. No mesmo ano, no Estado do Rio de Janeiro, de 14.391.282, temos 55,69% de brancos, 10,62% de pretos e 33,49% de pardos. No Brasil, de 169.799.170 habitantes, 53,75% se declararam brancos, 6,21%, pretos e 38,45%, pardos. As outras categorias consideradas pelo censo são a amarela e a indígena. Há ainda a opção “ignorada”.

Atualmente, e com a Bacia de Campos respondendo por 80% da produção nacional de petróleo, já se pode depreender sinais da profundidade da experiência por que passou e passa a região Norte Fluminense em função da instalação da atividade petrolífera. Particularmente a partir de meados dos anos 80, quando se estabelece a cobrança e repasse das compensações financeiras sobre os municípios atingidos pela produção de óleo e gás da Bacia de Campos – os famosos *royalties*-, o perfil regional sofre uma transformação cujas conseqüências ainda estão por analisar em sua totalidade.

O estabelecimento da própria indústria acarretou mudanças no perfil do mercado de trabalho, seja pela oferta de postos de trabalho muito diferentes dos tradicionais daquela região até então conhecida como produtora de açúcar e álcool; seja na estrutura empresarial, posto que a cadeia de produção e exploração de óleo e gás implica na instalação de um variado e sofisticado parque industrial que viabilize as atividades nela envolvidas. Além disso, os recursos mobilizados pelos *royalties* possibilitaram a muitos municípios de modestas rendas até então e poucos investimentos no desenvolvimento local uma base invejável de recursos, particularmente em termos do panorama brasileiro. Campos dos Goytacazes (RJ), por exemplo, o maior recebedor de rendas petrolíferas, arrecada mensalmente por volta de R\$ 50 milhões³.

Em artigo recente sobre o impacto da atividade petrolífera em Campos dos Goytacazes, Crespo (2003) indica a latente tendência das camadas médias e altas do município em produzir o “discurso da retomada”, ou seja, em apresentar a idéia de que era necessário retornar à época em que Campos, e a região que a circunda, era sinônimo de pujança

³ Dado de 2004. Cf. Boletim Petróleo, royalties e região.

econômica, que se desdobrava em importância e influência política. O fim desta época coincide com o fim do Império e da escravidão no Brasil; diz o autor: “seja como for, as elites estarão sempre em busca do retorno à Idade do Ouro” (p. 249). Criticando esta perspectiva saudosista, Crespo termina afirmando que “os royalties significam a oportunidade de um presente que pode garantir o futuro e não mais ficar chorando um passado de coronéis, escravos e canaviais.” (p. 255)

Embora a possibilidade de investimento se dê, a partir de recursos advindos dos *royalties* do petróleo, Campos segue apresentando um quadro de aguda exclusão social e pobreza. Ao mesmo tempo, as novas elites do petróleo também não se fixam na cidade, posto que, como mais de um estudo já apontou, a atividade petrolífera emprega maciçamente “gente de fora” em seus cargos mais elevados, sendo que grandes corporações internacionais dominam o setor, com a exceção da estatal Petrobras.

Sétima empresa no *ranking* mundial, a Petrobras se instala na Bacia de Campos em 1977. E chega num instante de crise na base econômica da região, durante séculos estruturada sobre a produção de açúcar e álcool. Oferecendo inúmeras vantagens – dos salários vultosos ao prestígio alicerçado no seu *status* de empresa de alta tecnologia – a Petrobras vira a cabeça dos garotos da região⁴, tornando-se o modelo de emprego a ser alcançado, mediante concurso e qualificação cada vez mais especializada.

O panorama se altera nos anos 90, quando um maior número de serviços antes feitos por funcionários da estatal passa a ser terceirizado⁵. Hoje, há 7.048 funcionários da Petrobras na chamada Unidade de Negócios da Bacia de Campos (UNBC); destes, 6482 são homens e 566 mulheres⁶. Em contrapartida, são cerca de 30 mil empregados de empresas prestadoras de serviços à estatal petrolífera⁷, e, embora infelizmente não haja uma estimativa precisa a respeito do número de mulheres neste quadro, a ampla vantagem masculina se mantém.

⁴ Gomes (2002) comenta este fato, também citado nas entrevistas por mim realizadas, em sua introdução ao estudo da identidade dos petroleiros da Bacia de Campos.

⁵ Na verdade, desde meados da década de 80, a Petrobras contrata o serviço de outras empresas. No entanto, é a partir dos anos 90 que isto se acentua como uma ampla prática.

⁶ Fonte: Gerência de Recursos Humanos da Petrobras – Bacia de Campos, referente ao ano de 2000.

⁷ Dados colhidos no Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense – Sindipetro-NF.

A esta maciça presença masculina se soma um regime de trabalho especial, que estabelece turnos de 14 dias ininterruptos de trabalho por 14 ou 21 de descanso⁸, nas plataformas marítimas, só alcançáveis após 40 minutos de helicóptero em média. Isso significa, no dizer de vários entrevistados, um ambiente de confinamento – um chegou a dizer se tratar de “prisão remunerada” (e bem remunerada, diga-se, particularmente no quadro de recessão que assola o país⁹).

Neste contexto, o trabalho é o centro em torno do qual se constrói a vida destes homens, e dentro da vida, do modo como, para eles, deve ser vivido o gênero. Sua contraparte é o período de lazer, porém este é sancionado pelo trabalho, está subsumido a ele, depende e se orienta pela escala de jornadas nas plataformas.

Ao iniciar o mergulho no universo da pesquisa, a primeira questão que aflorou nas 38 entrevistas realizadas com empregados e empregadas da Petrobras, de firmas prestadoras de serviços e com mulheres de petroleiros foi justamente a de gênero. Um jovem engenheiro, contratado por uma multinacional para prestar serviços à Petrobras numa plataforma, diante da pergunta sobre a presença de mulheres a bordo, comentou: “não, minha empresa proíbe a contratação de mulheres”. Um funcionário da Petrobras, indagado sobre o mesmo assunto, afirmou: “é, gerencialmente, juntar mulher e homem em alto mar é que nem juntar álcool e fogo. Mas claro, a mulher tem direito a trabalhar onde quiser, como todo mundo...” Diante de tais afirmações, fiquei instigada a prosseguir na investigação dos modos como o gênero aparecia neste particular universo¹⁰.

Este trabalho aparece nestas falas como algo tenso, eivado de riscos e perigo. O acidente envolvendo a plataforma P-36, que afundou em 2002, é paradigmático deste raciocínio. O relato de um entrevistado é sugestivo. Júlio trabalhava na P-36, e havia dois dias que tinha desembarcado, quando recebe o telefonema de um colega que pede para ele ligar a televisão: havia ocorrido um acidente. “E quando eu liguei a televisão, que vi: ‘A P-36 explodiu, morreram (...) 11 funcionários Petrobrás.’ Aquilo pra mim foi assim, como se você tivesse uma bala na, na coluna vertebral. (...) Eu fiquei todo torto, me entortei todo.

⁸ Para os funcionários da Petrobras, a Constituição de 1988 estabeleceu regime de 14 por 20 dias; nas empresas contratadas, vigora o antigo sistema de 14 dias de trabalho por 14 de descanso.

⁹ O fato de ser um “embarcado”, inclusive, agrega 150% a mais no salário-base do cidadão.

¹⁰ Utilizo aqui a noção de gênero tal como trabalhada por Joan Scott (1990), ou seja, como sendo uma categoria de análise das relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos e vinculadas à assimetria de poder.

Foi (...) tão violento na hora que eu fiquei todo, assim, a minha coluna fez um s, sei lá o que foi. Minha esposa foi quem conseguiu me colocar lá no sofá e eu sentindo dor em todo o corpo e não conseguia falar, e era crise de choro e... depois febre alta, muita febre alta, febre alta. Fui ao médico, ‘tô com garganta inflamada’, eu não querendo aceitar que aquilo fosse o problema da... do acidente. (...) Passei 30 dias nesse... processo, depois fizemos um tratamento com psicólogo.”

A identificação destes homens com a atividade que fazem é tamanha que os leva a somatizarem ataques e riscos, de tal modo que uma ameaça ao corpo da plataforma é uma ameaça ao próprio corpo do trabalhador, algo que fica claro no exemplo acima. Além dele, também o ritual do embarque e do desembarque deixa evidente a entrega deste trabalhador ao seu trabalho e por tabela à empresa que o representa.

Todos os entrevistados foram unânimes em descrever o que já apelidaram sugestivamente de TPE – tensão pré-embarque, uma analogia com a tensão pré-menstrual feminina. Um ou dois dias antes do embarque, começa uma série de “sintomas” que incluem insônia, mau humor, mudez, inquietude, indisposição para qualquer atividade, dor de cabeça e de barriga. “É uma sensação de derrota”, comenta um embarcado. A inapetência para o sexo não é incomum; “na véspera do embarque você pode fazer o que for, não rola nada; é impossível”, brinca a mulher de um petroleiro.

O contrário desta sensação é sentido às vésperas do desembarque. Ali também há insônia – “você arruma e desarruma a mala vinte vezes” – e agitação, desta vez, porém, crivada de expectativa. “O dia da chegada é o dia mais feliz do mundo. É o alívio”.

Assim, durante os dias de trabalho, estes homens assumem a perspectiva do sacrifício em nome da família – seja a família de origem, para os mais jovens, ou a que formaram após o casamento, para os mais velhos. É para “elas” basicamente – mulheres, mães, filhas, embora também filhos e pais idosos - que eles “se arriscam” a acidentes e sofrem confinamento¹¹. Neste sentido, lembram os *cumplidores* de que nos fala Viveros Vigoya (2003) em seu trabalho sobre masculinidades afro-colombianas, aqueles homens marcados pela noção de responsabilidade, de provedor através do trabalho das necessidades dos seus.

¹¹ Courtenay (2000) indica a estreita conexão entre o enfrentamento do risco e a masculinidade, que se desdobra na delimitação dos trabalhos mais perigosos – bombeiro, policial, entre outros – como sendo “coisas de homem” em princípio.

Viveros nos fala também dos *quebradores*, outro modelo masculino caracterizado pela vivência extremada da sexualidade e outros excessos corporais – bebida, dança, drogas, boemia. E lembra que é através do entrelace entre estas duas formas identitárias que seus entrevistados estruturam suas vidas e suas relações com as mulheres e outros homens. Num sentido semelhante, vários dos homens que entrevistei, assim como suas mulheres, falam do tempo de descanso como um tempo de festas ininterruptas, de boemia, do excesso de álcool, de sexo (alguns comentam sobre casos de amigos com várias mulheres), ou drogas mais pesadas. É um tempo em que mesmo os mais calmos gostam de pelo menos um “agito” – viajar, “malhar”, sair à noite. Assim, os homens *offshore* parecem se repartir em 14 dias de *cumplidores* e 20, ou 14, de *quebradores*; como um entrevistado comentou, “as pessoas normalmente têm um pouco de lazer, um pouco de trabalho; com a gente, fica tudo concentrado: são 14 dias de tensão e 20 dias pra farra. É muito desequilíbrio.”

Numa outra perspectiva, complementar, pode-se pensar que estas identidades rigidamente montadas, de “quebradores” e “cumplidores”, relacionadas diretamente ao papel social, familiar, dos homens, são análogas àquelas, já estudadas em diversos outros contextos, sobre os modelos apolíneo e dionisíaco de comportamento humano (leia-se masculino). Neste outro contexto de enunciação, Phebo e Dionisos, corresponderiam, respectivamente, a um ideal regrado e racional de comportamento, portanto ao controle dos impulsos; e ao reinado do excesso e da irracionalidade. Ou seja, ao trabalho e ao “descanso”.

Assim, até onde pude observar, a construção masculina da auto-imagem e a apresentação de si repousam numa dicotomia personalizada por cada indivíduo, a partir de princípios bastante rígidos, ligados a um modelo hegemônico de homem. Neste contexto, subjetividades em fluxo, papéis cambiantes a partir de contextos e fatores variados não são priorizados como representação do eu, e a preferência recai sobre uma modelagem dicotômica, contrastiva. Enfim, fala-se e enfatiza-se identidades, e não subjetividades; a plataforma funcionaria, dentro deste esquema, quase como um “equalizador”, ou “neutralizador”, de fatores preponderantes, em outros contextos, para a formação de subjetividades.

A territorialidade, por exemplo, é subvertida a partir do encontro na “terra comum” da plataforma: há moradores de todas as partes do Brasil convivendo e trabalhando nestas

unidades marítimas da Petrobrás; a classe social é minimizada a partir do discurso “igualitário” de que, *offshore*, todos sofrem o mesmo regime de trabalho; o que importa é o posto e a função de cada um. Da mesma forma, entre os homens, pude perceber uma nítida má vontade de “falar sobre a cor”; a idéia geral é de a plataforma faz surgir uma “grande irmandade” – de gênero, acrescento; é uma irmandade masculina que coloca em suspensão as diferenças existentes “em terra”. O discurso de que “aqui não tem discriminação, todo mundo dá duro” é particularmente forte entre os funcionários da Petrobrás, e é justificado a partir do fato de ter existido uma seleção por concurso, onde o mérito foi o critério básico da escolha deste grupo. Quando perguntados sobre a ocorrência de discriminação/racismo em situações de conflito, promoções, dispensas ou fixação de funções para cada trabalhador, novamente a negação é a tônica.

Dentro desta polaridade geral de identidades, monta-se uma hierarquia intrincada, na qual o fator definidor é a relação de trabalho. Desta forma, as entrevistas revelaram forte divisão entre os funcionários da Petrobras e os das empresas prestadoras de serviços¹². Esta divisão indica uma assimetria, em que os primeiros se consideram em situação vantajosa em relação ao segundo grupo, sendo por sua vez encarados de forma crítica pelos empregados terceirizados. Assim, a estabilidade, a boa remuneração e a experiência do serviço nas plataformas servem mais uma vez como base para a desconfiança que nutrem os “Petrobras” – que se afirmam como os únicos “verdadeiros petroleiros” - em relação aos empregados de outras firmas. Estes são vistos como ignorantes da realidade do trabalho em alto mar, sem conexão afetiva com a atividade – algo que estrutura a identidade dos homens da Petrobras, como vimos. Enquanto isso, os “Petrobras” são vistos como arrogantes, discriminadores e, pelos mais escolarizados, como ignorantes da realidade do mercado do trabalho (“eles só sabem aquilo ali, mais nada”).

A convivência extensa e intensa em alto mar entre este grande número de homens (cada plataforma tem uma média de 180 trabalhadores) cria também uma figura fantasmática que exerce um papel regulador, talvez catártico, para as masculinidades locais, no sentido de catalisar a alteridade e servir portanto como referência para a construção da

¹² Menezes Gomes (2002) indica em seu estudo sobre os trabalhadores terceirizados, a existência de duas subcategorias, os “arrasta-balde” – funcionários menos qualificados que exercem atividades braçais, e os empregados especializados, um degrau acima na classificação hierárquica. Aqui, apenas indico a disposição geral de divisão entre os Petrobras e os “outros”.

identidade masculina (cf. Parker, *apud* Viveros Vigoya, 2003). É a figura do homossexual, que se desenha através de chistes, brincadeiras corporais, visando o exorcismo de uma possibilidade real de envolvimento entre homens. Neste sentido, algumas funções – novamente, há a proeminência dos postos de trabalho na formatação do gênero – são associadas em especial à homossexualidade. Vários entrevistados, e suas mulheres, lembraram que a função de cozinheiro, assim como as ligadas ao serviço de alimentação de uma plataforma, canaliza as piadas sobre o possível *bicha*, provavelmente por exercer função tida como feminizante.

E as mulheres, dentro deste sistema? Durante um bom tempo, a mulher se colocava, e era colocada, basicamente como a esposa do petroleiro. Neste sentido, como comenta uma delas, a “típica mulher de petroleiro era aquela de classe baixa, que não trabalhava, sem curso superior, deslumbrada com o casamento e o trabalho do marido, que não fazia nada, ficava só esperando ele chegar e cuidando dos filhos”. Este modelo unívoco na verdade funciona, parafraseando Vale de Almeida (1995), como a feminilidade hegemônica deste grupo. Dialogando com este modelo - um ideal que corresponde à verdade para várias entrevistadas - estão outras mulheres e namoradas de petroleiros que trabalham fora, estudam e saem com amigas enquanto o marido está na plataforma. No entanto, alguns traços comuns unificam suas experiências – o cuidado com a casa, os filhos e parentes, as poucas incursões na rua para o lazer e a preocupação em relação às condições da plataforma e ao risco de acidente.

A vida destas mulheres, portanto, tem um forte vínculo com o trabalho do marido, em torno do qual organizam seu tempo e seus afazeres. Assim, é possível pensar num certo padrão, onde estas mulheres procuram cumprir mais tarefas de trabalho ou estudo enquanto “ele não está”, e deixam a maioria das atividades de lazer para quando “ele está”. Este padrão, em última análise, parece funcionar como um reflexo mimético do padrão masculino de trabalho/lazer acima mencionado. No entanto, uma diferença singular observada diz respeito à ausência de uma “rede de mulheres de petroleiros”, o contrário da convivência masculina das plataformas. Estas mulheres, embora partilhem da mesma experiência, quase não se encontram; a maioria delas se apóia na própria família, ou aprende a “se virar sozinha”, na espera de seus companheiros. Aliás, indagadas sobre as dificuldades de conduzir um relacionamento descontínuo, entre embarques e desembarques,

sugerem que os dois ganhos maiores, além do nível de renda, se expressam no maior grau de autonomia adquirido com as ausências do parceiro (é comum o comentário “antes de casar com ele eu era uma tonta, não sabia fazer nada sozinha”), e no romantismo impresso por este regime (“quando a gente começa a cansar um do outro já é hora de embarcar”).

O fluxo de mulheres, tanto aprovadas pelos mais recentes concursos da Petrobras, quanto a serviço das empresas contratadas pela Petrobras, abala este esquema complementar acima descrito. Novas categorias de mulheres surgem, que não correspondem mais a diferenças de grau em relação ao modelo hegemônico – esposas que saem mais ou menos de casa, que estudam/trabalham ou não, que freqüentam casas de amigas ou não, têm ou não filhos – mas a outras experiências de interação com o modelo dicotômico masculino. Estas mulheres que convivem no trabalho com os petroleiros são descritas pelas esposas e namoradas, e também pelos homens *offshore*, como sendo de duas categorias principais: as que foram para as plataformas para “se darem bem” e as que “vieram pra trabalhar”.

As primeiras são aquelas mulheres atraídas pela possibilidade de conseguirem parceiros com um bom emprego e bom nível de renda, além de estabilidade no trabalho. Enquadram-se basicamente na categoria “terceirizadas”, sendo em maior número que as “concursadas”. Também são apontadas como aquelas de menor escolaridade e nível de renda, mas nem sempre – “sei de uma [mulher] que largou a gerência de uma boutique pra vir pra cá ser camareira.... já sabe....mas eu não sou amiga dela não!”

Estas visões, bastante críticas, sobre a presença de mulheres nas plataformas, são amenizadas em relação à segunda categoria citada. A química de uma empresa contratada, há três anos trabalhando embarcada, conta as dificuldades por que passou, desde as indefectíveis “piadinhas”, até a desconfiança masculina geral quanto à sua capacidade de trabalho e boicote explícito: “na minha primeira plataforma, todo mundo disse que eu não ia conseguir, o próprio Cheplat chegou a dizer que ia me desembarcar. (...) já teve cara me dizendo que aquilo não era trabalho pra mulher. (...) Depois desse tempo todo, outro dia teve um cara que eu tava lá, fazendo meu trabalho, aí ele olhou pra mim e me deu os parabéns: ‘você veio mesmo pra trabalhar!’”

Da perspectiva da relação entre os gêneros, a mulher na plataforma, de qualquer modo, mobiliza seus companheiros de trabalho masculinos, impelindo-os a um trabalho

intenso de reclassificação simbólica. Sua presença é percebida como uma grande perturbação, pois em primeira instância “suscita desejo”; neste sentido, é como se ela carregasse, para o âmbito do dever, o vislumbre do prazer, e representasse portanto a possibilidade de ruptura da ordem na plataforma. Sem elas, o desejo estaria conjurado para fora do trabalho.

Além disso, cumpre também observar que a “mulher que trabalha” é vista pelos seus colegas homens como alguém que deve provar seu compromisso com a atividade profissional – o mesmo que parece ser a base de sustentação da identidade masculina neste contexto. Em outras palavras, ao contrário dos homens, em primeiro lugar a mulher é considerada “suspeita” de ter outras motivações para estar naquele lugar, ou seja, de usar a plataforma para arranjar uma relação que a permita viver sem precisar mais trabalhar. Nesta direção, considera-se que a mulher é dotada de uma racionalidade instrumental relativa ao homem, em que este “serve” aos desígnios “materiais” daquela, enquanto para o homem é reservado o espaço da impulsividade e da “ingenuidade” quanto às “artimanhas” femininas. Ou seja, ele é irracional, e será presa fácil da ardilosa e racional mulher da plataforma.

Esta perspectiva encontra eco entre as próprias mulheres, na intrincada hierarquia homossocial¹³ que se realiza tanto entre as companheiras de trabalho ao mar, quanto entre estas e suas colegas de gênero comprometidas com petroleiros. Assim, as mulheres de petroleiros desconfiam a princípio das “mulheres que trabalham”, em graus variados, é certo, mas a elas também esta presença causa perturbação profunda. E mesmo entre as trabalhadoras *offshore*, é possível descortinar a mesma cisão, e a determinação de manter distância daquelas que considerem que vieram “se dar bem”.

É neste âmbito que a cor faz sua aparição como critério que pesa na identificação dos tipos femininos. Instadas a descrever hipoteticamente como seria essa mulher que “só está na plataforma pra se dar bem”, várias entrevistadas iniciaram sua resposta com: “ah, é morena/mulata...” Estes relatos fazem lembrar o dilema apontado por Giacomini em seu estudo sobre a mulata como categoria profissional, entre sua representação como trabalhadora formal e a representação como “garota de programa”. Tal representação da

¹³ Utilizo homossocialidade na direção de Connell (1995), por exemplo, para indicar a interação específica de um grupo de iguais, que vai construindo e negociando suas identidades de gênero neste processo. Isso significa ao mesmo tempo reconhecer, neste caso específico, a existência de várias feminilidades e o estabelecimento de relações entre elas, que podem ser de aliança, dominação ou subordinação.

“mulher que quer se dar bem” na plataforma é complementada pela indicação de um gestual específico (sorrisos, olhares mais fixos em direção aos possíveis parceiros) quanto pelo cuidado especial em se maquiar e vestir, acentuando a anatomia feminina o quanto possível. Um amargo funcionário de uma firma de hotelaria, após seis anos de serviço em várias plataformas, afirma que “elas dão mole pra chefia, só pra chefia, não pra peão”.

Deste modo, estabelecem-se relações diferenciadas entre estas mulheres, a partir do trabalho na plataforma. De um lado, as companheiras dos petroleiros – profissionais ou não – passam a verificar a situação das trabalhadoras das plataformas, buscando inclusive estreitar conhecimento com aquelas que “vieram para trabalhar”. Estas, por sua vez, também procuram demonstrar, através do reconhecimento do “lugar” das companheiras dos petroleiros, a fidelidade ao valor trabalho que as domina.

De outro lado, há uma incessante inquietação, seguida da subalternização, daquelas mulheres identificadas por qualquer sinal de pertencerem ao grupo das que “querem se dar bem”. A afrodescendência, neste contexto, como de resto em vários outros, é uma das marcas acusatórias que parece ser utilizada no campo feminino para assinalar relações de antagonismo, desconfiança e subordinação. Mulheres negras ou pardas, entretanto, não parecem se contrapor a isto que é visto como estigma, ou de elaborarem quaisquer estratégias coletivas de auto-representação. Em princípio, tudo indica que corroboram este modelo de relação intragênero.

Enfim, enquanto os homens forjam para si uma identidade rígida, baseada no dualismo trabalho/excessos, e constroem suas vidas a partir de uma idéia de “irmandade unida no trabalho”, minimizando o papel das diferenças de cor e classe, as mulheres, neste mesmo ambiente, aparecem como figuras ambigualmente constituídas, nuançadas em classe e cor, cindidas em categorias que não permitem mais do que alianças pontuais regidas por busca de prestígio e segurança entre as pares.

Entre os gêneros, por sua vez, estabelece-se uma relação pontuada de incertezas quanto ao seu caráter intrínseco – interação de trabalho? De desejo? De interesse instrumental disfarçado? De competição?

Para concluir, é importante lembrar que toda esta negociação de práticas e representações de masculinidade e feminilidade é bastante recente no âmbito da atividade petrolífera brasileira, seguindo a tendência crescente de inclusão da mão-de-obra feminina

neste mercado de trabalho. Dentro deste esquema, estrutura-se um intrincado sistema hierárquico interno, assentado, como vimos, em dicotomias tais como funcionário da Petrobrás/funcionário das “contratadas”, homem/mulher, “mulher que trabalha”/”que quer se dar bem”. Este sistema, por sua vez, se conecta à hierarquia própria das companhias envolvidas, mesclando a lógica dos funcionários com a lógica empresarial, onde os “méritos” e “deméritos” podem significar posições acima ou abaixo no *status* de cada indivíduo, na sua posição no trabalho e na escala salarial. Neste sentido, todas estas são classificações estreitamente vinculadas à progressão dentro de uma carreira profissional, e portanto à perspectiva de ascensão social. Neste quadro, a cor aparece como um fator que, no caso feminino, ao menos, parece contar pontos para uma melhor ou pior posição dentro das hierarquias existentes. Isso significa dizer que, apesar de uma conjuntura de mudanças produtivas estruturais, de intensa inovação tecnológica e de rearranjo no mercado de trabalho, a perspectiva de uma continuidade na discriminação por cor/raça e gênero parece indicar um horizonte de permanência das desigualdades.

Referências bibliográficas

- CONNELL, Robert. *Masculinities*. Berkeley: University of California Press, 1995.
- COURTENAY, William. “*Constructions of masculinity and their influence on men’s well-being: a theory of gender and health*”. In: *Social Science and Medicine*, 50 (2000), p. 1385-1401.
- GIACOMINI, Sonia. Mulatas profissionais: raça, gênero e ocupação. In: Estudos Feministas, v. 14, n. 1, Florianópolis, Janeiro-abril de 2006.
- GOMES, Vítor. Petroleiros entre o público e o privado – a identidade do trabalhador do setor petróleo após a flexibilização do monopólio estatal. Rio de Janeiro, IUPERJ, 2002, dissertação de mestrado.
- MENEZES GOMES, Dircéia Branco. Que trabalhador sou eu? Os trabalhadores terceirizados offshore do setor de manutenção da Bacia de Campos. Rio de Janeiro, IUPERJ, 2002, dissertação de mestrado.
-
- SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. In: *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 16, 2, julho/dezembro de 1990.
- VALE DE ALMEIDA, Miguel. *Senhores de si – uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa, Fim de Século, 1995.
- VIVEROS VIGOYA, Mara. *Identidades masculinas, étnico-raciales y salud sexual y reproductiva – una articulación necesaria*. Angra dos Reis, VII Congresso de Ciências Sociais e Saúde, outubro de 2003.